



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**04/08/2014**

# INDICE

---

1. JORNAL PEQUENO	
1.1. ASSESSORIA.....	1
1.2. CURSOS.....	2



## Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br

### Tributação massacrante nos remédios

**E**mbora em 75,4% dos remédios vendidos no Brasil não sejam mais cobrados o PIS (Programa de Integração Social) e a Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), outros impostos embutidos nos produtos farmacêuticos continuam pesando no bolso do contribuinte e massacram a população.

A lista de tributos é extensa e, entre outras contribuições fiscais, inclui o Imposto de Importação, Imposto sobre a Folha de Pagamentos, Imposto sobre o Lucro e o Imposto Sobre Circulação de Mercadoria (ICMS), que é mais alto de todos, variando em 12% a 19%.

Mais da metade da carga tributária dos medicamentos fica concentrada nesses impostos. Os índices são inaceitáveis (cerca de 30%), e ficam bem acima daqueles vistos em países como Rússia, Índia, China, África do Sul e outras nações vizinhas da América Latina.

É difícil entender a razão de tanto tributo sobre remédios. O brasileiro é praticamente extorquido na hora de comprar um produto farmacêutico.

Se comparado a outros bens, o medicamento no Brasil tem uma tributação significativamente mais alta. São mais de 50 tributos, taxas e contribuições incidentes sobre os remédios.

A Constituição Federal diz que o Governo tem que ser seletivo na hora de tributar, ou seja, os produtos mais importantes para a manutenção da vida e da saúde devem receber menos impostos.

Essa norma, no entanto, vem sendo sistematicamente desrespeitada e o imposto sobre o remédio hoje é absurdamente maior que o de um biquíni ou um ursinho de pelúcia.

Ao contrário dos norte-americanos, canadenses e mexicanos, que recebem isenção total de impostos para remédios, os brasileiros sofrem com a voracidade fiscal do Governo.

Embora nossa Carta Magna estabeleça que a assistência farmacêutica é atribuição do Estado, apenas 20% dos medicamentos são cobertos pelo Governo. Os outros 80% são pagos diretamente pela população.

Enquanto isso, o Governo defende o "estado mínimo" para prejudicar os pobres, com um Estado inchado arrecadando quase 40% do Produto Interno Bruto (PIB).

## Esmam

Encontram-se abertas no site [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br), até o dia 7, as inscrições para os cursos ofertados pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam) em parceria com o Senac, nos meses de agosto e setembro, voltados para servidores do Judiciário da capital e do interior. No sistema é possível conferir a abertura de novas turmas e solicitar participação nos treinamentos. Até o final do ano, 41 novos cursos, 1.025 vagas, terão sido ofertados com o objetivo do aperfeiçoamento funcional.